

Santa Cruz da Conceição

Um Pedacinho do Céu



Israel Foguel

Santa Cruz da Conceição
Um Pedacinho do Céu

2ª Edição

São Paulo
Edição do autor
2024

Copyright by Israel Foguel

Editor Israel Foguel

Diagramação: Vera Lúcia de Souza Foguel

Registrado na Fundação Biblioteca Nacional
Decreto nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F655scc Foguel, Israel

Santa Cruz da Conceição: Um Pedacinho do Céu / Israel Foguel – São Paulo: Editora Yolbook, 2024.

272p.: 14,8cm x21cm

ISBN n. 978-85-93232-40-4

1 - História I. Título

CDD – 981.61

CDU – 94 (81)

Israel Foguel

Rua D. Pedro II, 1624 - Centro - Pirassununga – SP

(19) 99745.4131

E-mail: israel.foguel@gmail.com

“Santa Cruz da Conceição: Um pedacinho do céu”, como dizia um grande cidadão santacruzense, o sr. Lafayetti Ravanini.

INTRODUÇÃO



Daniel Pedro Müller, *Mapa Corográfico da Província de São Paulo* (1837) (TAUNAY, 1922). Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Na primeira metade do século XVIII, os Sertões passaram a ser um pouco mais conhecidos em razão da intensificação do tráfego pela via fluvial do Tietê, utilizada pelos viajantes que partiam de Piratininga ou Itu em direção às minas de ouro de Mato Grosso,

descobertas em 1718. Dessa forma, a partir da década de 1720, a denominação sertões ou campos começou a aparecer nos relatos de viajantes, aventureiros e em documentos oficiais. Exploradores, que escapavam da lei ou eram degredados, e aventureiros resvalaram por essas terras na passagem para o século XIX. Também há várias notícias sobre a existência de quilombos, combatidos por sertanistas a mando do governador da capitania.

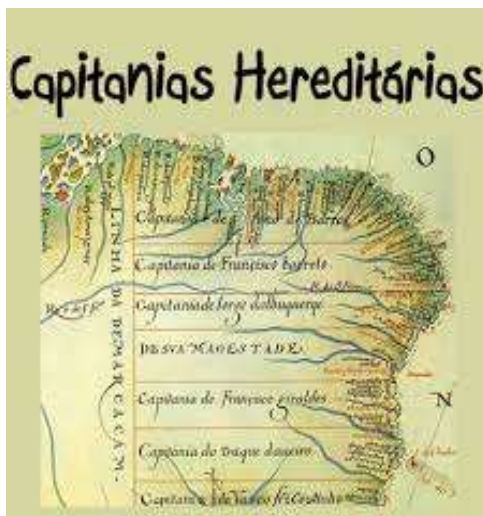
Nessa época, o território “civilizado” do oeste paulista estendia-se no máximo até a região de Rio Claro. A princípio, a viagem era realizada por via fluvial, mas com o tempo abriu-se uma picada cujo trajeto passava por territórios à margem direita do Tietê. O “picadão de Cuiabá”, como ficou conhecido, partia de Itu, passava por Piracicaba, e, em terras hoje ocupadas pelo município de São Carlos, atravessava os campos do córrego do Feijão e cortava a mata densa do Pinhal, onde hoje está o núcleo urbano. Depois, seguia pelos extensos cerrados dos campos de Araraquara, atingindo a margem direita do Tietê na altura de Potunduva, atual distrito de Jaú.

Com a abertura do caminho, surgiram os primeiros povoadores. No princípio, eram meros posseiros que, ocupando terras virgens, buscavam rumos novos para suas vidas. Viram-se, no entanto, logo substituídos pelos sesmeiros, que escudados na justiça do Reino, expulsavam-nos ou compravam-lhes os discutíveis direitos. A partir de fins do século XVIII, a história registra um intenso movimento de apropriação de terras por meio de disputa pela concessão de cartas de sesmaria. De fato, no ano de 1781 foram concedidas as primeiras três cartas de sesmarias na região.

A Sesmaria: Antes de se falar sobre o que significa sesmaria, e como foi utilizada esta divisão no Brasil, convém explicarmos um pouco o contexto em que fora inserido o sistema. Sistema este, que passou a ser implantado a partir da expedição de Martim Afonso de Souza para o Brasil em 1530, o qual intuía: o melhor reconhecimento,

exploração das terras brasileiras por parte da Coroa e início de organização administrativa.

A partir da expedição e, por causa dela, o governo português percebeu que seria necessária uma melhor organização das terras brasileiras nas relações entre os colonos que aqui estavam, mas principalmente para com os representantes da coroa portuguesa. Isso por quê era necessária uma distribuição de terras e funções administrativas



para que fosse possível controlar os tributos e as fronteiras da nova terra. Neste contexto surgem as capitanias hereditárias: lotes de terra que dividiam o Brasil em 15 regiões norte-sul paralelas ao equador do litoral aos limites do Tratado de Tordesilhas.

Ocorre que, mesmo com metade de seu território atual e, mesmo com as divisões propostas pelo sistema de capitanias, o Brasil era ainda uma terra de dimensões continentais na visão da coroa; pouco colonizada e principalmente, pouco produtiva. Então, surge mais um artifício para a exploração da terra: as sesmarias. Iniciadas e incluídas a partir do capitão-donatário de uma capitania, as sesmarias eram lotes de terra menor, que eram doadas a um sesmeiro com o intuito de principalmente tornar a terra produtiva. O sesmeiro tinha então a partir do recebimento do lote, a obrigação de cultivar a terra por um prazo de cinco anos, tornando-a produtiva e pagando os devidos impostos à Coroa. É no contexto das sesmarias que surge a

plantation, utilizado na exploração europeia da América consistindo na utilização de mão de obra escrava em plantações.

O sistema de distribuição de terras por sesmarias perdurou até 1822, quando a resolução de 76 pôs fim a esta modalidade de apropriação de terras. O sistema sesmaria poucas vezes satisfaz as expectativas iniciais de produção. Isto por quê, ou pelas grandes dimensões territoriais ou pela má administração e fiscalização, raramente as terras tornavam-se produtivas. Ainda hoje pode-se dizer que são reflexos da apropriação sesmarial, os latifúndios brasileiros.



Bem, voltando ao nosso assunto inicial, a partir desse momento, os Sertões passaram a atrair migrantes paulistas e mineiros à procura de pastagens naturais para a criação de gado. Não por

acaso, a maioria dos pedidos de sesmaria na região era acompanhada da justificativa “para criar gado”, e as terras requeridas geralmente eram de campos, e não de matas. Nos censos populacionais efetuados entre os anos de 1809 e 1811, a pecuária aparece como a principal atividade dos moradores.

As áreas de matas, geralmente compostas de solos mais férteis, somente passaram a ser mais valorizadas a partir da segunda década do século XIX, quando se tem início a produção de cana de açúcar e são construídos os primeiros engenhos. Uma exploração mais intensiva dessas áreas, entretanto, ocorreria somente algumas décadas mais tarde, com a expansão da lavoura cafeeira.



Nas primeiras décadas de povoamento, ao lado da criação de gado, principal atividade dos moradores, a população desenvolvia

também uma economia de subsistência baseada especialmente na produção de milho, arroz e feijão. Além desses produtos, os censos de 1809 a 1811 registraram a produção de algodão e cana-de-açúcar. Destacavam-se também a criação de porcos, a produção de queijos, mel e cera de abelha, além do cultivo do fumo.

Muitos desses produtos, especialmente o algodão e os gados vacum e cavalar, eram comercializados nas regiões próximas mais povoadas, sobretudo Piracicaba, vila produtora de açúcar que funcionava como mercado consumidor e distribuidor dos produtos dos Campos de Araraquara. Piracicaba e outras localidades forneciam para os sertões ferramentas e o necessário sal para o gado. Um ofício de 1823, encaminhado ao presidente da província de São Paulo para reivindicar a melhoria do caminho de Piracicaba à recém fundada freguesia de Araraquara, nos dá mostra das estreitas relações comerciais estabelecidas entre os moradores dos Sertões de Araraquara e Piracicaba.

Em 1827, Rio Claro constituiu-se como paróquia de Piracicaba, tendo sido um dos últimos núcleos urbanos surgidos na região graças à produção canavieira, desenvolvida com crescente progresso até meados do século XIX. Em 1845, a Vila de São João do Rio Claro desmembrou-se do município de Piracicaba.

Em Rio Claro, foram ensaiados os primeiros cultivos de cana-de-açúcar, que logo sucederam as fazendas de criação de gado, enquanto o café começava a ser cultivado no Vale do Paraíba, região onde se situavam antigos engenhos.

Este período de consolidação da cana-de-açúcar foi marcado por importantes transformações: a terra valorizou-se na medida em que as lavouras começaram a penetrar na região; o diferencial de produtividade entre elas, decorrente da maior ou menor fertilidade, determinou sua utilização, ou para plantio de cana ou para criação de gado; a procura pelo braço escravo tornou-se acirrada pelo aparecimento de uma lavoura comercial na região.

Sesmeiros, posseiros e escravos formaram o município de São Carlos com áreas diversas, em sua maioria originárias de três grandes sesmarias.

A Sesmaria do Monjolinho, posse irregular no começo do século, que foi regularizada por carta de doação de 1810, concedida a Felipe de Campos Bicudo, sendo em seguida adquirida por Nicolau



Pereira de Campos Vergueiro, mais tarde senador do Império e ministro de Estado, pioneiro da importação de imigrantes para o trabalho livre em São Paulo.

A Sesmaria do Quilombo, também surgida de posse irregular, foi legalizada somente em 1812, a requerimento do posseiro, vigário de Piracicaba, padre Manoel Joaquim do

Amaral Gurgel. Compreendia as terras baixas de beira do Rio Mogi Guaçu, no atual Distrito de Santa Eudóxia. E a mais antiga, a Sesmaria do Pinhal, de propriedade dos Arruda Botelho, compreendia a metade sul do futuro perímetro urbano.

Na verdade, os Botelhos representavam apenas um tronco – dos mais influentes, sem dúvida – dentre o conjunto de famílias formadoras da oligarquia rural regional.

A maior parte delas proveio de cidades mais antigas e já era afazendada nesses municípios: os Botelhos e os Camargo Penteado, em Piracicaba; os Abreu Sampaio, os Salles e os Camargo, em Campinas; outros de Itu e arredores.

Quando pessoas de influência da corte portuguesa – em geral proprietários de terras localizadas nas regiões favorecidas pelo ciclo do açúcar do início do século XIX – obtiveram concessões de terras na região, iniciou-se, como vimos, um intenso movimento de especulação imobiliária.

A princípio pouco importantes em termos de ocupação efetiva, à medida que as sesmarias foram demarcadas com vistas à exploração agrícola, tratou-se logo de promover a expropriação do “gentio nativo” da região.

Eram lavradores em busca de terras que os fariam pequenos proprietários no oeste, onde dispunham de uma vasta região inexplorada, de solo fértil e clima temperado.

Nas áreas em torno dos caminhos antes percorridos pelas bandeiras, aglutinavam-se temporariamente, pois se utilizavam de técnicas agrícolas predatórias, formando pequenas lavouras de subsistência que substituíam a floresta virgem até então existente.

Com a organização das fazendas e a perspectiva de implantação de lavouras comerciais, essas pessoas foram expulsas, ou submetidas a variadas formas de arrendamento, ou ainda incorporadas como empregados para serviços variados nas grandes explorações agrícolas.

Como não dispunham de nenhum poder ou influência capaz de converter a ocupação original dessas terras em posses legalizadas pela Coroa, foram em pouco tempo expropriados e marginalizados.

Com o tempo, várias fazendas foram organizadas na região. Os negros encarnavam quase toda a possibilidade de produção das fazendas em meados do século XIX.

Foram fartamente empregados no trabalho, tanto dos engenhos e das lavouras de açúcar quanto das fazendas cafeeiras formadas ao longo da marcha do café.

A ORIGEM

As origens de Santa Cruz da Conceição situam-se no período que sucedeu a independência do Brasil.

O jovem país buscava fixar na agricultura o esteio de sua economia, que se apoiara, até algumas décadas atrás, na extração de ouro e diamantes.

Com o esgotamento da mineração em Minas Gerais, muitos dos seus habitantes migraram em busca de outras terras, mais próprias para o estabelecimento de fazendas e produção agropecuária.

A província de São Paulo acabou se beneficiando desse fluxo, que impelia mineiros e paulistas a avançar sertão adentro, a oeste da estrada que ligava São Paulo a Goiás.

Os viajantes europeus que percorreram o interior do Brasil nessa época registraram esse momento, como, por exemplo, o francês Saint-Hilaire.

Vindo de Goiás para São Paulo, no ano de 1819, ao percorrer o trecho entre Franca e Jundiá relatou a existência de novas fazendas e engenhos ao longo da estrada, a maioria de proprietários vindos de Minas Gerais.

Entre 1800 e 1820 começaram a chegar os pioneiros de Pirassununga, Limeira e Rio Claro, derrubando a mata e formando lavouras de milho, cana-de-açúcar e feijão. Também trouxeram matrizes e iniciaram a criação de porcos, bois e carneiros.

Num processo contínuo de avanço rumo oeste, os descendentes desses pioneiros, assim como outros vindos de Mogi Mirim, Campinas,



Jundiaí ou Bragança Paulista, seguiram, nas décadas seguintes, desbravando o desconhecido sertão, até então habitado somente por indígenas nômades.

1836 - O POVOADO

Santa Cruz da Conceição teve o início de sua povoação no ano de 1836, em um pedaço de 21 alqueires.



Numa encruzilhada formada pelas estradas que demandavam a Rio Claro e Pirassununga, (onde hoje é a Igreja Imaculada Conceição) as famílias de José Franco de Lima, Francisco de Souza Sardinha, João Francisco de Souza, Jacintho Rodrigues de Moraes, Joaquim Rodrigues de Souza, José Francisco Cardoso e Antonio Joaquim Mourão doaram vinte e um alqueires de terra onde, marcaram com uma cruz, a fundação do Patrimônio.

Nos anos seguintes um senhor de nome Jacintho Rodrigues de Moraes construiu o primeiro rancho. O rancho era de pau a pique, coberto de sapé.

Mais tarde foi erigida uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz.



Somente em maio de 1870 seria lançada a pedra fundamental da Igreja concluída pelos senhores João Rodrigues Siqueira, Pedro Antonio Leite, Antonio Benedito da Silva e outros.

1843 – A PRIMEIRA MISSA

A Primeira missa na povoação foi celebrada em 3 de maio de 1843 nesta pequena capela construída provisoriamente que em 16 de maio de 1870 teve lançada sua pedra fundamental.

Nas décadas que se seguiram o núcleo passou por discreto mas contínuo crescimento, até que, por volta de 1860, um novo produto agrícola chegou às terras santacruzenses.

1860 – O CAFÉ

Era o café, que vinha trazendo uma nova era de desenvolvimento para a província.

Com produtividade espantosa nas férteis terras paulistas, o café exigia uma rede de transporte compatível com o volume e o valor do que se chamou posteriormente “ouro verde”.



1874 – A MISSA NA NOVA IGREJA

Concluída a igreja matriz, o senhor Luiz Carlos de Godoy, a pedido da população local, em 1874, contratou um padre para celebrar missas e ministrar sacramentos, com autorização do vigário da paróquia de Pirassununga Cônego Angelo Alves da Assumpção.

Assim sendo, em 3 de maio de 1874 era celebrada a primeira missa na nova igreja, ou melhor, na igreja cuja construção se concluía.

No dia 21 de janeiro de 1881 foi colocada na Igreja a imagem de Nossa Senhora da Conceição vinda de Portugal.



Começou então a expansão ferroviária, inaugurada com a ligação entre o porto de Santos, a capital e Jundiáí, no ano de 1867.

À medida que se expandia o cultivo do café, as ferrovias estendiam suas linhas.



A cultura do café era a febre da época. As fazendas cafeeiras eram inúmeras e movimentavam o local.



Era a época dos troles, das carroças, dos carros de bois como os meios de transportes.



Os casamentos das pessoas das fazendas que vinham para o centro da vila, normalmente de troles, eram anunciados por meio de rojões e de acompanhamento musical através de sanfonas (acordeom) que vinham com o “nhec-nhec” ao longo de todo o caminho.



1876 – A LINHA FÉRREA

Em 1876 a Companhia Paulista chegou a Limeira e a Rio Claro.

Num ponto intermediário, foi construída uma estação, denominada Cordeiro, de onde os planos da companhia previam uma derivação rumo norte, com destino a Ribeirão Preto.

Acenderam-se os ânimos no povoado de Santa Cruz, que se desenvolvia e já contava com uma igreja, recém-construída, não mais com uma simples capela.

As obras da nova linha, chamada na época "Estrada do Mogy-Guassu", começaram em 1877.

Neste ano, a Paulista abria o primeiro trecho, partindo de Cordeiros (atual Cordeirópolis) até Araras, do que seria o prolongamento de seu tronco.



Em 1880, a linha, com o nome de Estrada do Mogy-Guassu, atingia Porto Ferreira, na mesma época em que a autorização para cruzar o Mogi e chegar a Ribeirão Preto foi indeferida pelo Governo Provincial, em favor da Mogiana.

A linha, então, foi desviada para oeste e atingiu Descalvado no final de 1881, seu ponto final.

Esta sequência das obras, porém, decepcionou os santacruzenses: a partir de Araras a ferrovia avançou por um traçado que

passou cerca de sete quilômetros distante de Santa Cruz, e, em 24 de outubro de 1878 foi inaugurada a estação de Pirassununga.



A estação de Pirassununga, inaugurada em 24 de outubro de 1878, como ponta de linha, ficava cerca de um quilômetro da praça central da cidade.

Pirassununga tinha, na época (dados de 1876), uma população de 7.169 habitantes, sendo 1.376 escravos, que trabalhavam especialmente na lavoura de café e na cultura de cereais. Possuía duas cadeiras de instrução primária, para ambos os sexos, e foi por muito tempo a maior e mais importante cidade do ramal.

"Para melhor servir à zona atravessada pela via férrea (...) tem esta estação a grande vantagem de quebrar a distância de 13 quilômetros, a maior nas linhas de 1,60 metros entre duas estações, pois está projetada no km 172 quase a meia distância entre Leme e Pirassununga".

O relatório de 1895 da Paulista assim justificava a construção de uma nova estação na linha Jundiaí Descalvado, e seguia afirmando que ***"para as despesas com esta construção concorreram os fazendeiros interessados que além de auxílio em dinheiro, forneceram tijolos, madeiras e água encanada até o local da estação"***.

E assim surgiu a Estação de Souza Queiróz.



A estação foi inaugurada em 01 de outubro de 1896, km 171,950, nas terras da Fazenda Cresciumal, de propriedade do senador e comendador Francisco Antonio de Souza Queiróz, e até hoje da família Souza Queiroz, (atualmente pertencente ao município de Leme). Foi sempre um depósito mesclado com estação, tendo sido reformada em 1918, tomando o aspecto definitivo.

Em 15 de agosto de 1968, foi rebaixada a parada, devido ao pequeno movimento.

Em 18 de fevereiro de 1977, o último trem de passageiros vindo de Pirassununga para Cordeirópolis passou por ali.

Após 1986, apesar de um abaixo-assinado dos moradores da pequena vila ao seu redor, que pediam a sua manutenção, o prédio foi demolido.



Estes trens, de acordo com os guias de horários tiveram seus trens de passageiros funcionando de 1896 a 1977. A estação foi fechada em 15 de agosto de 1968.

Esperava-se com otimismo que o prolongamento do ramal desta estrada de ferro da Companhia Paulista trouxesse consigo muitos e novos fatores para o rápido desenvolvimento de Santa Cruz.

Porém, a não passagem da estrada de ferro pela sede do município, prejudicou grandemente o progresso da cidade, que ficou longo tempo completamente paralisado

Mas, mesmo sem a sonhada estação, Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz atingiria um desenvolvimento tal que justificaria sua oficialização.

Suas casas eram bem altas, já construídas a maior parte delas de tijolo. Ainda existiam algumas casas de barro e poucas outras de paus com enchimento de barro (Taboca). O perigo eram os vendavais: quando vinham descobriam quase todos os telhados.

Já as casas das fazendas eram feitas em forma de grandes colônias.



Também haviam inúmeras festas nas fazendas, que geralmente comemoravam os santos padroeiros das capelas dos bairros que lhes dava o nome.

A Festa de São Sebastião, por exemplo, durava dez dias, nove dias de novenas e um dia de procissão. Vinham fiéis de todos os lugares, de perto e distantes. Esta festa contava com três barracas de búzios, banda de música, quermesse, leilão e terminava no dia 20 de janeiro com uma grande procissão na vila.

Também as festas de Santo Antonio e do Divino eram comemoradas nos sítios e nas fazendas.

A Festa da Padroeira é comemorada no dia 08 de dezembro com missa, quermesse e procissão, e continua até os dias atuais. Neste dia a praça se enche de gente vinda de toda a nossa região. É uma

festança só! Há devotos que vem visitar o pequeno santuário para cumprir suas promessas.

Pela lei nº 154, de 27 de abril de 1880 foi concedida uma loteria para auxiliar as obras da Capela de Santa Cruz da Conceição.

1881 – LEI PROVINCIAL Nº 4, DE 23. JANEIRO.1881

No ano de 1881, através da Lei Provincial número 4, de 23 de janeiro de 1881, foi criado o Distrito de Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz.

Com isto foi elevada à categoria de Freguesia a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Pirassununga, sendo as divisas entre a nova Freguesia e Pirassununga, as seguintes: ***“... começarão na estrada que vai do Rio Claro a Belém do Descalvado, até o ribeirão do Roque, na mesma direção desde a Ponte Nova, e pela estrada que passa por esta ponte até o Ribeirão do Meio”***. Assim sendo, o povoado foi elevado à condição de freguesia, sob jurisdição do município de Araras.

Depois foi transferido do Município de Pirassununga para o de Araras em virtude da mesma Lei.

Apenas para esclarecer a diferença entre Freguesia e Capela:

Freguesia era uma circunscrição eclesiástica que formava a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia também, para a administração civil; categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cômputo anual; freguesia era a fração territorial em que se dividiam as dioceses; designação portuguesa de paróquia.

Capela era uma pequena igreja de um só altar, sem pastor próprio; pequeno templo erigido ou fundado pelos nobres ou senhores nas terras de sua propriedade, muitas das quais se converteram

depois em paróquias e igrejas principais, podendo ser pública ou privada.

1883 – PADRE PEDRO ALVES VAZ PINTO

Em 1883, no mês de outubro, esteve visitando em serviço pastoral a paróquia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos da cidade de Pirassununga o senhor Bispo Diocesano Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. Consta no livro tombo de então, a presença, junto aos demais padres que acompanharam a comitiva de 1º a 9 de outubro, o padre Pedro Alves Vaz Pinto, capelão de Santa Cruz da Conceição de Pirassununga.

O padre Pedro Alves Vaz Pinto seria pró pároco em Pirassununga de 14 de novembro de 1897 a 23 de abril de 1898.

O engraçado é que neste mesmo documento que relata a presença de um capelão de Santa Cruz da Conceição, há um asterisco que nos leva para o rodapé onde se lê;

“A Capela curada de Santa Cruz da Conceição foi elevada por lei civil à Categoria de Freguesia mas não teve instituição canônica por dúvidas que ocorrem quanto à regularidade e conveniência dos limites. O mesmo se dá relativamente à Capela de Santa Cruz das Palmeiras, filial à Matriz de Casa Branca, que está ainda sem esta instituição por não terem sido preenchidos os necessários requisitos canônicos”.

Uma curiosidade sobre o nome de Santa Cruz da Conceição: o nome era Santa Cruz, porém, o padre Pedro Alves Vaz Pinto trouxe Nossa Senhora Imaculada Conceição para cá, daí então surgindo o nome de Santa Cruz da Conceição.

Um outro fato curioso, só que desta feita sobre o Padre Pedro Alves Vaz Pinto é que ele foi pró-pároco lá em Pirassununga de 14 de novembro a 23 de abril de 1898, sem deixar de ser o Vigário daqui de Santa Cruz da Conceição.

Este Padre Pedro vivia em companhia de uma senhora, com a qual teve várias filhas e que estudaram e se formaram professoras pela antiga Escola Normal de Pirassununga, atual Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Pirassununga.

Uma de suas filhas (Maria das Dores Pinto – a qual tive o prazer de conhecer ainda em vida), foi professora nas décadas de 20/ 30 na própria escola normal.

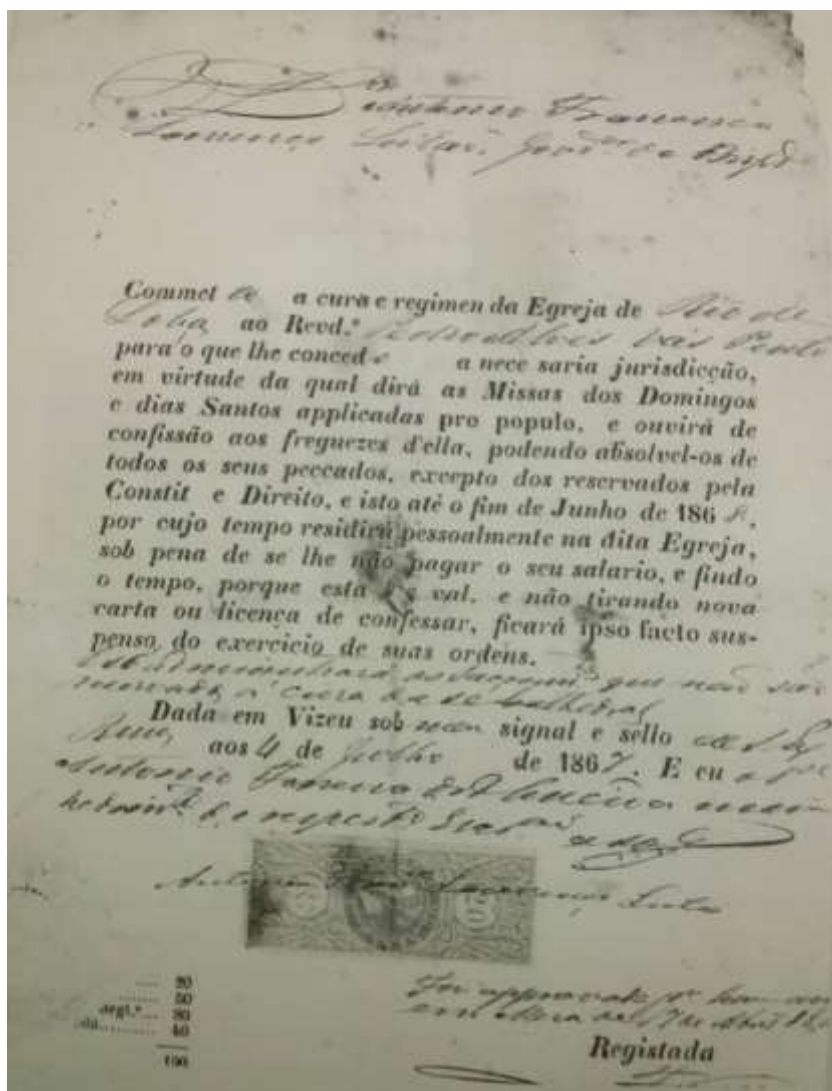
Ela nasceu em 1895 na cidade de Santa Cruz da Conceição e faleceu, em Pirassununga, no dia 5 de janeiro de 1969, aos 74 anos de idade.

Era casada com Domingos Cerqueira Pinto e professora do curso primário anexo ao IEEP.

O Padre Pedro, nascido em 1824, aposentou-se como padre e foi morar em Pirassununga. Lá morreu e foi enterrado, com 94 anos, no Cemitério Municipal de Santa Cruz da Conceição, em 1918



Túmulo do padre Pedro Alves Vaz Pinto, no Cemitério Municipal.



Padre Pedro Alves Vaz Pinto: Ordenação como padre em Portugal, no dia 4 de julho de 1867.